



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

PARECER

Processo: 94/2015-CS/R

Recorrente: (...)

Recorrido: (...)

Relator: João Paulo Pimenta

SUMÁRIO:

- I- Não é lícito ao advogado, antes de apresentar a conta de honorários, fazer retenção de valor em dinheiro do cliente e que lhe tenha sido confiado, bem como, por maioria de razão, aplicá-lo em pagamento de honorários e despesas;
- II- Está vedado ao advogado fazer a retenção ou pagar-se através dos valores recebidos nos termos do ponto anterior ainda que na sequência de acordo com o cliente, por violação de disposição legal de carácter imperativo, designadamente por violação do estatuído nos n.ºs 1 a 3 do Art.º 96.º do EOA na versão aplicável e actualizada publicada em anexo à Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro (actual Art.º 101.º), e em defesa do prestígio e da dignidade da advocacia e dos advogados.

Por comunicação de 1 de Março de 2010 dirigida ao Conselho de Deontologia de Coimbra veio o ora recorrido participar contra a ora recorrente com o teor constante de fls. 2 dos autos, expediente que foi autuado como processo de inquérito.

Em suma, alega o participante que a Sra. Advogada participada e ora recorrente indicou ao tribunal o seu NIB pessoal para receber um valor de 67 650,59 €, à revelia daquele, tendo recebido tal verba no âmbito de processos de arrolamento e inventário para separação de meações. Que tendo confrontado a Sra. Advogada com a questão da indicação do NIB esta o tranquilizou, mas que quando a transferência aconteceu a Sra. Advogada se recusou a entregar-lhe o dinheiro, dizendo que tinha primeiro que “fazer as contas dela e que o dinheiro dava para os dois”. Que não concordou porque o processo ainda não tinha acabado e tinha uma dívida de vinte mil euros que precisava de pagar às finanças. Mais refere que a Sra. Advogada lhe terá dito telefonicamente que lhe enviaria “um cheque de 16 890,00 €” e as contas feitas. Conclui que o procedimento não foi correcto, que a Sra. Advogada devia apresentar os honorários “por via normal”, para lhe pagar, e não apoderar-se de uma parcela da “minha divisão de bens” sem o seu consentimento, e mais pedindo à Ordem dos Advogados que lhe fosse entregue a referida quantia de 67 650,59 € e que não concorda com os honorários de “cinquenta mil euros”.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Regularmente notificada responde a Sra. Advogada participada, em pronúncia constante dos autos a fls. 25 e ss., em síntese alega que entre 2006 e 2010 representou o participante em 9 processos que enumera, que desde a data em que foi constituída mandatária que o participante era visita assídua do seu escritório ("praticamente todos os dias"), que o participante sempre se debateu com problemas financeiros e que tratou das suas questões com "afinco e dedicação". Mais esclareceu que o valor em causa estava depositado à ordem de processo de arrolamento ao qual fez diversos requerimentos solicitando autorização para que o dinheiro fosse parcialmente utilizado para o pagamento de coimas e impostos que oneravam o participante, juntando cópia dos requerimentos. Refere ainda inúmeras diligências efectuadas no sentido de conseguir a aprovação de empréstimo para pagamento de tornas de cerca de 236 mil euros (pois que o participante em inventário em que o património comum rondava um milhão e meio de euros licitou bens na ordem de um milhão).

Esclarece também que foi o participante quem decidiu que o dinheiro arrolado deveria ser transferido para uma conta da Sra. Advogada participada, para que fizesse contas referentes aos vários processos, dadas as dificuldades financeiras daquele.

Que o dinheiro "caiu" na conta a 20 de Janeiro de 2010 (Cfr. Art.º 37 da pronúncia, mas que afinal aconteceu a 29 como consta da defesa a fls. 225 e documento de fls. 249) e que mandou chamar de imediato o participante, informando-o, e marcando nova reunião para 1 de Fevereiro seguinte para lhe entregar a nota de honorários e acertar contas. Acabou por lhe endereçar carta com data de 4 de Fevereiro onde além do mais declara que "Assim e em conformidade com o acordado tenho a honra de o informar que recebi do Instituto de gestão Financeira a quantia de 67 650,59 € referente à sua meação nas rendas arroladas". Deduz ainda o valor de honorários e despesas que também apresenta e remete recibo e cheque com o remanescente de 17 581,28 € (já não o valor referido na participação de 16 890,00 €).

Entre os documentos juntos encontra-se procuração forense em que o participado confere poderes à Sra. Advogada e seu marido, também advogado, para "em qualquer tribunal o representarem como Autor, Réu ou interessado, poderem inclusive receberem custas de parte, cheques do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça e precatórios cheques (...)".

Foram os autos de inquérito convertidos em processo disciplinar por despacho de fls. 55.

Arrolaram os intervenientes testemunhas cujos autos de inquirição constam a fls. 134, 137 a 146, 162.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Foi proferido despacho de acusação a fls. 169 a 175, imputando-se indiciariamente à Sra. Advogada arguida a violação do preceituado nos Arts. 83.º, n.º 1 e 2, 96.º n.º 1, e 100.º, n.º 2, do Estatuto da Ordem dos Advogados na redacção em vigor do Decreto-Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.

Por requerimento de fls. 180 e ss. apresentou a Sra. Advogada a sua defesa e arrolou ainda três testemunhas cujos depoimentos se encontram a fls. 254 a 262.

Por despacho de fls. 263 determinou-se o pedido de confiança do processo judicial n.º 554/104.2 TBMGL, do 1.º Juízo do Tribunal de Mangualde, e foram juntas aos autos cópias do mesmo a fls. 269 e ss..

Foi realizada audiência pública e proferido acórdão, nos autos a fls. 359 e ss., tendo sido confirmado o relatório final elaborado em conformidade com o disposto no n.º 1 do Art.º 154.º do EOA, condenando-se a Sra. Advogada arguida “na pena de multa no montante de 2000,00 € (dois mil euros), prevista na al. c) do Art.º 125.º do EOA e na pena acessória de restituição parcial ao participante da quantia de 15 000,00 € (quinze mil euros) dos honorários pedidos – Cfr. Art.º 125.º, n.º 3 do EOA”.

Do relatório final de fls. 341 e ss. resultam provados os seguintes factos imputados à Sra. Advogada arguida (com as rectificações de fls. 359 e 360):

1. Por Procuração datada de 28 de Março de 2006, (...) constituiu seus Mandatários os Srs. Drs. (...) e (...), a quem conferiu poderes – incluindo os de substabelecer – para "em qualquer Tribunal o representarem como Autor, Réu ou interessado, poderem propor ou contestar acções, seguindo todos os seus termos até final e inclusivé receberem custas de parte, cheques do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça e Precatórios cheques e ainda para por si apresentarem queixas em Juízo, desistirem, confessarem, transigirem ou licitarem, acertarem e aceitarem quinhões, darem e receberem tomas ou dá-las como recebidas, e acordarem no processo de inventário;"
2. Por requerimento apresentado nos autos de processo n.º 554/04.2 TBMGL-A, do 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Mangualde, em 29.10.2009 a Senhora Advogada arguida requereu, entre o mais, autorização para o levantamento de metade da quantia



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

depositada pelos arrendatários a partir do dia 31 de Março de 2009 e a transferência para a conta bancária da mandatária com o N.1.B. (...);

3. Por carta datada de 16 de Janeiro de 2010, o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P. comunicou ao queixoso (...) ter sido autorizado o pagamento de 67.650,59 € para a conta com o NIB (...) — o da Senhora Advogada arguida — por referência ao processo (...) Procedimento Cautelar — 1.º Juízo do tribunal Judicial de Mangualde, relativo a pagamento por conta do Depósito autónomo — depósito de rendas; e em obediência à respetiva decisão judicial nele proferida;
4. Em 29 de Janeiro de 2010 foi realizada para a conta com o N.I.B. identificado em 2 supra a descrita transferência bancária no valor de 67.650,59 €;
5. Do valor referenciado no precedente, a Sra. Advogada arguida fez sua a quantia 50.760,00 € (cinquenta mil setecentos e sessenta euros) que alegadamente destinou ao pagamento dos seus honorários e despesas suportadas por força dos seguintes processos: (...)
6. Mostrando-se paga da quantia atrás indicada, a Sra. Advogada arguida, com data de 04.02.2010, enviou ao queixoso o cheque identificado em 4 supra, no montante de 17.581,28 €, correspondente ao valor sobranter da quantia que havia sido transferida para a sua conta bancária;
7. A nota de honorários e despesas enviada pela Sra. Advogada arguida ao queixoso não contém, em relação a nenhum dos processos elencados, a discriminação dos serviços por si prestados;
8. A Sra. Advogada arguida fez sua a quantia global de 50.760,00 €, antes de ter apresentado qualquer nota de honorários e despesas ao queixoso, bem sabendo que, com tal conduta, violava o dever de apresentar previamente todas as notas de honorários discriminadas que se lhe mostrassem em dívida;
9. A Sra. Advogada arguida agiu livre, deliberada e conscientemente.

A respectiva motivação resultou da documentação junta aos autos e elencada a fls. 349 e 350 (e rectificada a fls. 360) e da confissão da Sra. Advogada arguida.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Refere-se ainda que a Sra. Advogada agiu com dolo necessário ou, no limite, com dolo eventual.

Considerou-se assim, em face dos factos provados, que a Sra. Advogada arguida violou de forma dolosa “as suas obrigações profissionais de honestidade, probidade e retidão, de prestar conta ao cliente de todos os valores deste que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência, e apresentar nota de e despesas, logo que tal lhe seja solicitado, previstos, respetivamente, nos ns.1 e 2, do Art. 83.º, no n.º 1, do Art. 96.º e no n.º 2, ao Art. 100.º, n.º 1 do EOA e de apresentar ao cliente a respetiva conta de honorários discriminados com os serviços prestados, previsto no Art. 100.º, n.º 2, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados, aplicando-se-lhe uma pena disciplinar de multa, no valor de €2 000,00, prevista na alínea c), do Art 125.º, do Estatuto da Ordem dos Advogados, e a pena acessória de restituição parcial ao Participante da quantia de €15.000,00 (Cfr. Art. 125.º, n.º 3 do EOA)”.

Inconformada interpôs a Sra. Advogada arguida recurso para este Conselho Superior, com as respectivas alegações e conclusões, o qual foi recebido por despacho de fls. 379.

Foi expedida notificação registada ao participante para responder, querendo, a qual veio devolvida ao remetente não obstante enviada para o domicílio do participante constante dos autos, não tendo este apresentado qualquer pronúncia.

O recurso é o próprio, foi interposto em tempo, foi motivado com as respectivas alegações e conclusões e a recorrente tem legitimidade. Nada obsta, pois, ao conhecimento do recurso.

Na sua motivação a recorrente formulou as seguintes conclusões:

“1. Os factos fulcrais do presente processo disciplinar consistem em saber se a arguida, no próprio dia em que recebeu do IGFIJ a importância de € 67.650,59, destinada ao então seu cliente e ora (...), se reuniu ou não com ele, lhe apresentou ou não, devidamente discriminada, a sua nota de honorários e despesas respeitante aos muitos e variados serviços profissionais que lhe prestou ao longo de quatro anos e se então acordou com ele ou mesmo se este lhe deu então instruções no sentido de reter em seu poder a importância de € 50.760,00, como forma de ele assim proceder ao pagamento dos honorários que lhe devia (em conformidade, aliás, com um acordo há muito estabelecido entre ambos também neste sentido);



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

2. Ao contrário do que se pretende defender no Relatório Final e no douto Acórdão recorrido, que acolheu inteiramente aquele, tais factos ficaram sobejamente provados nos autos, pelos depoimentos inequívocos e credíveis das testemunhas indicadas pela arguida e atrás referidas, que confirmaram todos eles por terem tomado conhecimento pessoal dos mesmos;
3. Consequentemente, todos aqueles factos devem ser dados como provados nos autos;
4. A arguida não praticou pois nenhuma das infrações disciplinares por que foi condenada, razão por que deve ser totalmente absolvida da acusação contra ela deduzida nos presentes autos, a qual deve ser julgada improcedente,
5. Mesmo que, por hipótese meramente académica, se considere que a arguida não procedeu correctamente na forma como apresentou ao participante a sua nota de honorários e despesas e recebeu deste o pagamento dos honorários que lhe eram devidos, e que se decida aplicar-lhe uma leve sanção disciplinar por isso, nunca teria nenhum fundamento válido a aplicação à arguida neste processo disciplinar (que não é, não se pretende que seja e até há muito está decidido que não pode ser um Laudo de Honorários) da sanção acessória deliberada no douto Acórdão recorrido, no sentido, como foi, de a obrigar a restituir ao participante parte dos honorários que dele recebeu, razão por que essa sanção acessória deve ser totalmente rejeitada e a arguida ser absolvida da mesma.

Pelo exposto e pelo mais que doutamente será suprido, deve dar-se provimento ao presente recurso, revogando-se totalmente o douto Acórdão recorrido e absolvendo-se a arguida das acusações disciplinares contra ela deduzidas e pelas quais foi condenada nesse Acórdão, com o que se fará justiça”.

Cumpra decidir.

Aplicaremos ao presente recurso as disposições aplicáveis do E.O.A. na versão actualizada publicada em anexo à Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, por força do estatuído no n.º 1 do Art.º 3.º da Lei n.º 145/2015, de 09 de Setembro .

Procuremos sistematizar as questões essenciais em discussão:

(i)

Começa por defender a Sra. Advogada arguida que acordara previamente com o participante a questão da transferência do dinheiro para a sua conta com vista a pagar-se directamente dos honorários que lhe fossem devidos e que já tinha apresentado a conta de honorários.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Mais refere que esta alegação ficou sobejamente demonstrada nos depoimentos das testemunhas que arrolou.

O cerne da temática está no Artigo 96.º do EOA na versão aplicável *in casu*, sob a epígrafe “valores e documentos do cliente”, que dispõe o seguinte:

1 - O advogado deve dar a aplicação devida a valores, objectos e documentos que lhe tenham sido confiados, bem como prestar conta ao cliente de todos os valores deste que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência, e apresentar nota de honorários e despesas, logo que tal lhe seja solicitado.

2 - Quando cesse a representação, o advogado deve restituir ao cliente os valores, objectos ou documentos deste que se encontrem em seu poder.

3 - O advogado, apresentada a nota de honorários e despesas, goza do direito de retenção sobre os valores, objectos ou documentos referidos no número anterior, para garantia do pagamento dos honorários e reembolso das despesas que lhe sejam devidos pelo cliente, a menos que os valores, objectos ou documentos em causa sejam necessários para prova do direito do cliente ou que a sua retenção cause a este prejuízos irreparáveis.

4 - Deve, porém, o advogado restituir tais valores e objectos, independentemente do pagamento a que tenha direito, se o cliente tiver prestado caução arbitrada pelo conselho distrital.

5 - Pode o conselho distrital, antes do pagamento e a requerimento do advogado ou do cliente, mandar entregar a este quaisquer objectos e valores quando os que fiquem em poder do advogado sejam manifestamente suficientes para pagamento do crédito.

Ou seja, à partida nada impede que um advogado receba na sua conta pessoal valores que são do cliente e que lhe passam a estar confiados, devendo dar conta dos mesmos ao cliente logo que os receba. Assim decorre do número 1.

(ii)

Quanto à questão da autorização concedida para a transferência, sempre diremos que sabemos que o valor entrou na conta da Senhora Advogada e também temos conhecimento de que tinha sido outorgada a seu favor procuração para o efeito (facto 1 dos factos provados).

Temos, pois, que discordar da apreciação feita na página 10, *in fine*, do relatório final: “A questão em apreço nos presentes autos prende-se com o facto de a Sra. Advogada arguida não ter agido com honestidade, probidade e rectidão no exercício do mandato que lhe foi conferido pelo cliente ao ter requerido (...) autorização para levantamento de metade da quantia depositada pelos arrendatários a partir de 31 de Março de 2009, e a transferência para a sua conta bancária, cujo NIB indicou”.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Em jeito de justificação desta conclusão refere-se no parágrafo seguinte do relatório que “Não resultou provado que o participante tivesse dado o seu acordo quanto a este *modus operandi* (...)” e que desconhecia a questão da indicação do NIB.

Ora, afigura-se-nos aqui necessária e diferente interpretação.

Na verdade, em termos probatórios, e apresentando os intervenientes posições contrárias, não deixa de ser verdade que existe uma procuração que confere poderes à Sra. Advogada arguida para receber “custas de parte, cheques do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça e Precatórios cheques (...)”. Ora, indubitavelmente que estava a Sra. Advogada legitimada para receber na sua conta bancária valores provenientes do IGFIJ. Assim, não obstante o participante dizer desconhecer ter conferido tal legitimidade ou poderes para tanto, não podemos concluir que a Sra. Advogada não agiu com honestidade ou probidade neste particular quando, afinal, estava autorizada em procuração para receber os valores relacionados com o processo. E, registe-se, que ao mesmo tempo o queixoso na sua participação afirma que precisava do dinheiro para liquidar uma dívida às finanças, o que concorre ainda para a fragilidade da sua posição nesta parte.

Recorde-se ainda que o processo disciplinar é um processo de estrutura acusatória¹ integrada por um princípio de investigação amplo, em que o relator efectua livremente as diligências de investigação que lhe forem requeridas, bem como deve promover aquelas que considere indispensáveis ao apuramento da verdade, a que se seguirá o arquivamento ou acusação onde é definido o objecto do processo (naturalmente que a investigação será sempre limitada pelos direitos do arguido à defesa e audiência, além do mais).

Também o princípio da presunção da inocência enforma o processo disciplinar, pelo que as regras do ónus da prova impõem a obrigação de o órgão titular da acção disciplinar provar os factos constitutivos da infracção imputada ao arguido. E não nos esqueçamos que o processo disciplinar não é um processo de partes em que o acusador/julgador se posiciona como simples árbitro.

Com efeito, dos autos não resulta provado, inequivocamente, que a Sra. Advogada não estava autorizada a receber o dinheiro em conta por si titulada. De resto, dos factos elencados como provados resulta que a Sra. Advogada estava mandatada e que recebeu o dinheiro na sua conta. Não consta que não estivesse autorizada para o fazer. A prova de que o participante

¹ Por oposição a um processo de natureza inquisitória, próprio de regimes autoritários, em que o arguido é relegado para a condição de “objecto” e o julgador assume também as funções de investigador e acusador de forma completamente discricionária.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

teria de dar o seu acordo quanto a “este *modus operandi*”, não obstante lhe ter conferido o mandato previamente nesse sentido, caberia, pois, à instrução do processo o que não se alcança dos autos. Pelo que, dos elementos existentes nos autos resulta que a Sra. Advogada podia, como fez, indicar o seu número de conta e receber o dinheiro destinado ao cliente.

Diferente será fazer seu tal dinheiro, o que apreciaremos a seguir.

Pelo que, a violação dos deveres consagrados no Art.º 83.º do E.O.A. não se alcança, pois, por esta via.

(iii)

Questão crucial é, assim, a de saber se, após recebido o dinheiro, podia a Sra. Advogada fazer seu o valor que considerasse devido a título de honorários.

No número 3 do Art.º 96.º acima transcrito resulta com idónea clareza que:

*O advogado, apresentada a nota de honorários e despesas, goza do direito de retenção sobre os valores, objectos ou documentos referidos no número anterior, para garantia do pagamento dos honorários e reembolso das despesas que lhe sejam devidos pelo cliente (...)*².

Ou seja, duas importantes notas a reter para que o advogado possa receber valores sem ficar com o ónus de os entregar ao cliente:

- Exercício de direito de retenção para caucionar o pagamento de honorários e despesas em dívida;
- Apresentação prévia da nota de honorários e despesas.

Pode, pois, o advogado reter (não pagar-se) o valor recebido e destinado ao cliente, se tal exercício de direito de retenção visar garantir o pagamento de montantes constantes de nota de honorários já apresentada. E tão só.

Afigura-se-nos, de resto, que a necessidade de garantir o prestígio e a dignidade da advocacia, bem como a prevenção injustificada de conflitos, assim limita e impõe independentemente da vontade dos interessados, através desta norma de carácter imperativo.

In casu as coisas passaram-se de **forma diferente**, passando por dois momentos que passamos a enunciar:

² Sublinhado do relator.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

- a) A Sra. Advogada recebeu os valores;
- b) A Sra. Advogada fez seu parte do valor recebido sem apresentar a conta ao cliente.

Que a Sra. Advogada recebeu o dinheiro é pacífico, como já vimos.

Quanto ao segundo momento, diz a Sra. Advogada em sua defesa que, por um lado, tinha apresentado a conta ao cliente e, por outro, ficou acordado com o cliente pagar-se do valor recebido.

Porém, ao contrário do alegado na defesa da Sra. Advogada arguida, não é crível nem resulta dos elementos constantes dos autos que esta tenha, em alegada reunião no dia em que recebeu a transferência bancária, apresentado nota de honorários. Diz que exibiu ao participado documentos relativos a honorários e despesas dos vários processos, e que agendou com o mesmo nova data para lhe entregar apenas um resumo informal a pedido deste, o que é infirmado pela prova.

Com efeito, os depoimentos das testemunhas que a recorrente insiste deverem ser considerados, demonstram inequivocamente que a Sra. Advogada ficou de apresentar a conta em dia diferente daquele em que diz ter recebido o dinheiro e falado com o participante. Assim o diz a testemunha (...) referindo que o participante tinha ficado de comparecer novamente “para lhe ser entregue a nota de honorários”. Também a funcionária da Sra. Advogada refere: “Ficou agendado um outro dia, 1 de Fevereiro de 2010, e nesta data seria apresentada a conta de honorários da participada tendo o participante sempre aceite tal” (Fls. 140 vs. E 141). Curiosamente esta testemunha apresenta uma versão diferente a fls. 258 e ss. e em muitos momentos o seu depoimento é *ipsis verbis* a defesa apresentada pela recorrente nos autos a fls. 221 e ss. pelo que não merece crédito a versão agora apresentada (veja-se, a título de exemplo o penúltimo parágrafo de fls. 259 e a sua coincidência com o Art.º 46.º da defesa, e o mesmo se diga em relação aos segundo a quarto parágrafo de fls. 259 vs. e os Artºs. 49.º a 51.º da defesa). Ainda a testemunha (...) se pronuncia no mesmo sentido (fls. 145 vs).

Diga-se também que no primeiro contacto da recorrente com os autos, na sua pronúncia de fls. 25 e ss., diz no Art.º 41.º: “E o participante anui e ficou de regressar novamente ao escritório da ora respondente para lhe ser entregue a nota de honorários e o remanescente”.

Ou seja, claramente a nota de honorários seria apresentada numa segunda data.

Acontece que sabemos que por carta de 4 de Fevereiro a Sra. Advogada informa ter-se feito pagar do dinheiro que estava na sua posse e envia nota de honorários e recibo, pois que, segundo alega, o participante não compareceu no dia apazado (3 dias antes).



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Sem margem para dúvidas, pois, que como bem consta do Relatório Final a Sra. Advogada arguida violou os deveres decorrentes do estatuído nos ns.º 2 e 3 do Art.º 96.º do E.O.A. na versão aplicável e também os deveres decorrentes do estatuído no Art.º 83.º.

Finalmente, seguindo ainda a tese da defesa da Sra. Advogada, diz esta que tinha acordado com o cliente pagar-se com o dinheiro recebido.

Sucede que esse tipo de acordos sem apresentação prévia da conta não pode ter lugar, em defesa da dignidade da advocacia e dos advogados e da protecção da relação de confiança que deve existir entre advogado e cliente.

Pelo que, com acordo ou sem acordo³, não podia a Sra. Advogada agir como agiu. Ou seja, quando muito podia reter o valor depois de o cliente receber a conta na sequência do envio da mesma na carta de 4 de Fevereiro, e tão só. Não podia era fazê-lo seu em definitivo, como fez, nem antes, nem depois da recepção da conta pelo cliente.

(iv)

É certo, como diz a Sra. Advogada, que as questões atinentes a honorários devem ser dirimidas em sede própria e não em processo disciplinar. Como também é verdade que as questões de honorários não consomem por si eventuais actos consubstanciadores de responsabilidade disciplinar (veja-se, de resto, a norma constante do Art.º 16.º do Regulamento dos laudos de Honorários da Ordem dos Advogados, sob a epígrafe “indícios de falta disciplinar”).

Entende também por isso a Sra. Advogada que a sanção acessória está, no fundo, a interferir no valor apresentado a título de honorários. A verdade, é que efectivamente sempre poderia o participante discutir o valor de honorários no modo e em sede própria, ao mesmo tempo que a Sra. Advogada deveria reter o valor recebido, como caução, e aguardar pelo desfecho do procedimento destinado a fixar o valor.

Não nos esqueçamos, pois, que a Sra. Advogada não podia ter-se pago do dinheiro do cliente como fez efectivamente. Em boa verdade, não exercendo o direito de retenção teria que

³ E sem querermos aqui aprofundar esta questão, pois a verdade é que o cliente não compareceu à alegada agendada reunião de 1 de Fevereiro, o que por si demonstra que não estaria de acordo com alguma coisa. Por conseguinte, a “anuência”, o “incentivo”, que ainda assim não legitimaria a conduta da Sra. Advogada, deixou de existir antes da apresentação formal da conta de honorários, mesmo que explicada oralmente antes, como alegado pela Sra. Advogada (a conta deve ser apresentada por escrito ao cliente Art.º 5.º, n.º do RLH).



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

devolver não parte mas a totalidade do dinheiro ao cliente, pois que do mesmo se apropriou sem ter título para tal (e desde logo antes da apresentação da conta), persistindo, ainda hoje, nesse incumprimento.

Ou seja, em bom rigor, devia a Sra. Advogada devolver todo o dinheiro ao cliente ou convolar a apropriação ilegítima em retenção de forma cabalmente demonstrada (uma vez que apresentou posteriormente a conta, ainda que de forma incipiente), nomeadamente comprovando a disponibilidade imediata do montante em causa para efeitos de, por exemplo, o participante exercer o direito previsto no número 4 do referido Art.º 96.º⁴.

Assim se podia ter decidido, de resto, atento o disposto no n.º 4 do Art.º 126.º (restituição de quantias confiadas ao advogado), sem prejuízo de aplicação de sanção acessória de restituição de honorários (n.º 5).

(v)

Pelo que é de concordar com a pena de multa aplicada, eventualmente até modesta atenta a gravidade dos factos praticados pela Sra. Advogada.

Já não será, porém, de acompanhar a ordenada restituição de honorários de 15 mil euros, porquanto manifestamente desfasada em relação a essa gravidade e até em relação à pena aplicada.

Nomeadamente tendo em conta que, como se explica *supra*, não foi minimamente demonstrado que a Sra. Advogada agiu contra os seus deveres deontológicos ao dar instruções para que o dinheiro fosse depositado na sua conta bancária. Pelo contrário, tudo indica que essa autorização existia considerando o teor da procuração. Pelo que aqui não é de assacar qualquer responsabilidade ao comportamento da Sra. Advogada ao contrário do que se faz no Relatório Final e confirmou na deliberação.

Refira-se que da conjugação dos factos dados por provados, nomeadamente factos 1, 3 e 4, não se afigura poder resultar outra apreciação. De resto, dos factos provados não consta que essa actuação tenha sido contrária à vontade do participante (refira-se ainda que teve conhecimento prévio da realização da transferência, pelo menos mais de 10 dias antes – facto 3).

⁴ “Deve, porém, o advogado restituir tais valores e objectos, independentemente do pagamento a que tenha direito, se o cliente tiver prestado caução arbitrada pelo conselho distrital”.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Também relativamente à conta apresentada ao cliente, ainda que não tenha sido exaustiva no seu descritivo, como se imporia em benefício do rigor e da melhor prática, não se afigura merecer especial censura uma vez que discrimina e identifica pelo menos os vários processos e valor de honorários respectivo, o valor de despesas e o valor IVA. Refere ainda o número e tempo despendido em reuniões, deslocações a serviço de finanças e contabilidade (Cfr. fls. 59 e ss.). Pelo que, não concorrerá para o cômputo global da pena aplicável a alegada violação do estatuído no Art.º 100.º, n.º 2.⁵

Ou seja, a violação de deveres deontológicos circunscreve-se essencialmente ao elencado nos pontos 8 e 9 dos factos provados e à violação do estatuído nos Arts.º 83.º e 96.º como decidido, mas já não quanto ao Art.º 100.º.

Não acompanhamos também a conclusão que concorreu para a determinação da medida da pena como circunstância agravante, de que a actuação da arguida “em abstracto,” constituiu um prejuízo ao participante no valor de € 50 760,00, valor que indevidamente fez seu. Na verdade, e como também se diz na fundamentação, a Sra. advogada “desenvolveu trabalho e ao longo de vários anos, na representação e defesa dos interesses do participante”. Ora, tendo desenvolvido trabalho e tendo legitimidade para cobrar honorários, que sem melhor apreciação até ao momento serão naquele valor que assim foi apresentado, não podemos concordar que a sua actuação em abstracto tenha produzido um prejuízo naquele mesmo montante.

Assim, e sendo certo que a restituição de honorários não deixa de ser uma sanção disciplinar, que agrava a pena de multa cuja confirmação se propõe, entende-se que a sanção acessória de restituição não é de manter no montante arbitrado de 15000,00 € mas de fixar em 7500,00 €, o que no conjunto se afigura adequado à punição que se impõe e observando os critérios que devem nortear a sua aplicação.

Já quanto ao remanescente do valor em poder da Sra. Advogada, de que se apropriou e integrou no seu património de forma ilegítima, sempre terá o participante que recorrer aos meios regulares para obter a restituição, sem embargo de eventual convolação em caução por parte da participada enquanto se decida hipotética apreciação em processo de valoração de honorários. Nesta sede não nos compete ordenar tal restituição atendendo ao princípio da proibição da *reformatio in pejus*.

⁵ “Na falta de convenção prévia reduzida a escrito, o advogado apresenta ao cliente a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados”.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Assim, somos de parecer que deve ser dado parcialmente provimento ao recurso, mantendo-se a pena disciplinar de multa de 2000,00 € (dois mil euros) e reduzindo-se a sanção acessória de restituição de honorários aplicada para o montante de 7500,00 € (sete mil e quinhentos euros) considerando-se que a Sra. Advogada recorrente infringiu as regras deontológicas estatuídas nos Arts.º 83.º, e n.º 2 do Art.º 96.º do Estatuto da Ordem dos Advogados na versão aplicável e actualizada publicada em anexo à Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.

Coimbra, 10 de Maio de 2018

À próxima reunião da 2.ª secção

O Relator

(João Paulo Pimenta)